

## A nova diplomacia global do carbono<sup>(1)</sup>

André Clark

Por mais de dois séculos e meio, a ampla exploração dos recursos naturais pelo homem colocou questões relativas à emergência climática em um impetuoso destaque no rol de ameaças globais que põem em risco a integridade do planeta e a sobrevivência da humanidade.

Nesse contexto de colapso climático, ao passo que os principais governos do mundo anunciam metas ambiciosas para responder à urgência de descarbonização de suas economias e atingirem a neutralização de emissões em poucas décadas, é de se esperar que os mercados de carbono ganhem cada vez mais relevância, valor e velocidade. De fato, a negociação de direitos de emissão de carbono, com compra e venda em uma espécie de “commodity ambiental”, pode render bilhões em medidas para redução das emissões e potencializar a criação de novos mercados. Mais do que isso, a constituição de uma economia do carbono cria cadeias de valor de alta tecnologia, gera mais empregos e impulsionam o Brasil a novos patamares.

Alguns países já têm experiências bem-sucedidas de taxação de carbono. Contudo, diante da alta carga tributária brasileira, não há espaço para a criação de mais um imposto e, dessa forma, a precificação de carbono é a melhor das alternativas postas à mesa. A boa notícia é que somos um “powerhouse” nessa questão e temos a faca e o queijo na mão para adotar o modelo de precificação com integridade climática, governança transparente e participativa.

O Brasil conta com uma matriz energética limpa e de baixo custo que pode dar sustentação a uma economia pujante de baixo carbono. Soma-se a essa equação uma série de potencialidades em diversos eixos da economia, além da diversidade e abundância de recursos naturais ainda pouco explorados, como o do hidrogênio, que podem render cifras interessantes em uma economia de selo verde. Isso se apresenta não apenas como uma oportunidade real para a retomada sustentável da economia, mas também representa a chance de o País protagonizar a resposta mundial ao aquecimento global.

Contudo, ainda faltam medidas mais amplas em prol de um mercado regulado de carbono, que viabilize alternativas sustentáveis de desenvolvimento e fomentem a criação de tecnologias que atendam a esse mercado. Precisamos resgatar novamente nossas ideias de recuperação verde como já fizemos com o RenovaBio, mostrando o tamanho da potência que temos nessa direção. Torna-se, assim, imperativo o papel de organizações que combinam dois objetivos antes vistos como incompatíveis: lucro e impacto socioambiental positivo. Somente a partir de modelos de negócio lucrativos, que resolvam uma real necessidade da sociedade, se pode gerar desenvolvimento e justiça ambiental pós-pandemia no longo prazo. Sim, a pandemia, antes de se tornar uma crise de saúde pública global, evidencia uma relação abusiva e predatória que estabelecemos com a natureza.

Nesse sentido, a iniciativa privada tem dado sua contribuição. No ano passado, assinamos uma carta ao governo em parceria com o CEBDS (Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável), defendendo um mercado compulsório do carbono a fim de definir a posição do Brasil nos compromissos globais, como a COP 26 este ano – em que o mundo vai exigir do Brasil um posicionamento – e mais a longo prazo para o cumprimento das Metas do Acordo do Clima de Paris. Mais recentemente, em iniciativa também capitaneada pelo Conselho, enviamos uma mensagem clara ao governo de que é possível estabelecer metas mais ambiciosas de neutralidade climática para 2050.

Hoje, o passivo ambiental das atividades da Siemens Energy é compensado por meio de um

fundo interno de investimento que criamos para projetos de neutralização de CO2. Estabelecemos um valor de 40 dólares por tonelada emitida e isso já gerou um saldo de mais de R\$ 700 mil a partir da precificação das atividades da empresa no Brasil. Estamos com 57% do portfólio da companhia já descarbonizado e nossa próxima meta é chegar em 2030 sendo totalmente neutros para o clima.

Obviamente que isso representa um custo marginal adicional ao nosso processo produtivo; por outro lado, estimula que projetos da companhia sejam mais eficientes e, principalmente, que as decisões empresariais levem em conta a variável carbono. A premissa é simples: se a poluição emitida por nossa empresa gera uma externalidade negativa à sociedade, então é legítimo que isso deva incorrer em um custo para ações de compensação.

Esse fundo tem por finalidade exclusiva financiar projetos da Siemens Energy de eficiência energética e impacto econômico e social, gerando novas oportunidades de investimentos e soluções para as empresas participantes, bem como para investidores e novos entrantes nesse mercado. De modo prático, isso virou parte do nosso core business e gera uma cadeia de valor coletiva que extrapola as dependências da companhia.

Iniciativas como essas, muito em breve, deixarão de se tornar exceção para se tornar a regra nas empresas, independentemente do segmento. A iniciativa privada está cada vez mais consciente do que é esperado dela em um contexto de internacionalização da economia e dos negócios. Hoje em dia, compramos coisas de qualquer lugar do mundo e o cenário globalizado atual nos posiciona como um exportador não só de commodities, mas também de ideias e inovação sustentável. Essa é uma das maiores fomes do mundo, de um planeta cada vez mais verde. Tenho confiança de que o Brasil pode aplacar essa fome, tanto pela via da tecnologia quanto da ciência, e se tornar a potência diplomática de preservação ambiental e de geração de valor da nossa biodiversidade.

### **André Clark é General Manager da Siemens Energy Brasil**

(1) Artigo publicado na Agência CanalEnergia. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53169808/a-nova-diplomacia-global-do-carbono>. Acesso em 19 de abril de 2021.